

As estratégias do governo eleito para tentar reduzir a fome no país

A estratégia do futuro governo para aplacar a fome no Brasil

Gestão Lula promete prioridade no combate à miséria, mas especialistas avaliam que retomada de programas levará tempo



Elizabet em sua casa de uma peça e banheiro, na zona norte da Capital: sobra pouco para a família comer

MARCELO GONZATTO
marcelo.gonzatto@zerohora.com.br

Pouco depois das 15h da última terça-feira, a aposentada Elizabet Botelho de Souza, 69 anos, recebeu a encomenda pela qual aguardava ansiosamente na zona norte de Porto Alegre. O pacote de nove quilos envolto em plástico branco foi entregue depois de viajar 1,7 mil quilômetros desde Contagem, em Minas Gerais, até a porta de sua casa de uma peça e banheiro, na ocupação Babilônia, bairro Santa Rosa de Lima.

Do embrulho, puxou três quilos de arroz, dois de feijão, massa, açúcar, óleo e farinha de milho doados pela ONG Ação da Cidadania para aplacar a fome da idosa e dos cinco netos que aparecem quase todo dia para almoçar. A entidade recebeu 2 mil cestas básicas para distribuir no RS nessa semana.

– Se fosse só pra mim, duraria um mês. Mas, como também preciso atender os meus netos, deve durar uns 15 dias. O que eu queria mesmo era voltar a trabalhar, vender meus pastéis. Mas, com a falta de alimento, ou eu como, ou eu faço os pastéis pra vender – conta Elizabet, enquanto guarda os pacotes no armário acima do fogão localizado a menos de dois passos da cama.

Com a volta do Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos eixos anunciados para o terceiro mandato do presidente eleito Luiz Inácio

Lula da Silva (PT) é a promoção de esforço redobrado no combate à miséria. A estratégia para aliviar a insegurança alimentar grave de 33 milhões de brasileiros – entre os quais, 1,6 milhão de gaúchos – deverá contar com a retomada da articulação com a sociedade civil e de projetos como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de alimentação escolar – iniciativas que foram extintas, modificadas ou perderam recursos nos últimos anos.

Os números acima, sobre famintos no país e no Estado, foram apurados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, elaborado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). A entidade entrevistou pessoas em 12,7 mil domicílios entre 2021 e 2022.

Consea

Para reverter esses dados, uma das medidas defendidas por militantes da área social, e que deverá ser acertada pelo novo governo, é a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) com a missão de formular e monitorar as políticas públicas do setor. A entidade foi esvaziada nos primeiros dias de janeiro de 2019, quando suas atribuições foram transferidas para o Ministério da Cidadania, e acabou extinta poucos meses depois.

– Um dos primeiros atos do atual governo foi acabar com o Consea.

Agora, já há uma mobilização dos conselhos estaduais e um debate com a equipe de transição (*da futura gestão*) para restabelecimento imediato do conselho nacional para participar da reconstrução das políticas públicas, mas também para fiscalizar. Nós tínhamos acesso a todos os dados – afirma Rodrigo Afonso, diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania (fundada pelo falecido sociólogo Herbert de Souza em 1993).

Transição

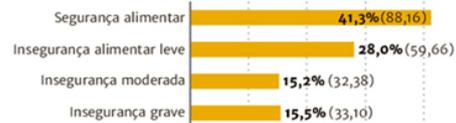
A equipe de transição já conta, na área de desenvolvimento social, com nomes como o da senadora e ex-candidata à presidência Simone Tebet (MDB), que comanda o grupo também integrado por outras figuras de referência na área, como as ex-ministras de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em gestões petistas Tereza Campello (economista) e Márcia Lopes (professora e assistente social), e o deputado estadual André Quintão (PT-MG), que já foi secretário de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte (1994-1996) e secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas entre 2015 e 2016.

Outro pilar do time dedicado a levar comida à mesa dos brasileiros será a retomada do Bolsa Família em moldes similares ao que havia antes do programa ser substituído pelo Auxílio Brasil. O futuro governo pretende dar, além dos R\$ 600 atuais, outros R\$ 150

O cenário no país

Números sobre insegurança alimentar mostram mais de 30 milhões de pessoas em situação crítica

% (número de pessoas, em milhões)



ENTENDA OS CONCEITOS

• **SEGURANÇA ALIMENTAR:** quando a família tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

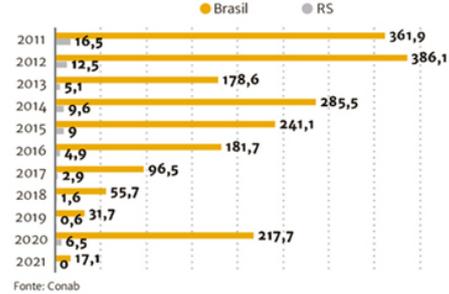
• **INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA:** redução da quantidade de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de comida.

• **INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE:** quando há preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos no futuro e consumo de qualidade inadequada de alimentos, como forma de evitar que acabem.

• **INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE:** é a fome, quando o indivíduo não come por falta de dinheiro para comprar alimentos; faz apenas uma refeição ao dia ou fica o dia inteiro sem comer.

Repasses em queda

Recursos do Ministério da Cidadania para compra e doação de alimentos caem desde 2015, com exceção de 2020 devido à pandemia. Em milhões de reais



Fonte: Conab

por criança.

– Tudo ainda é muito inicial, mas certamente programas como o de aquisição de alimentos e o de alimentação escolar deverão voltar com força. O combate à fome está no centro do próximo governo – promete o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS).

A situação de Elizabet mostra a dificuldade em debelar a miséria.

Como conta com uma aposentadoria, ela alega que não foi aceita na lista para receber o Auxílio Brasil. O problema é que, segundo a idosa, com descontos de empréstimos e outras despesas obrigatórias, restam menos de R\$ 400 mensais para alimentar a si e aos netos. Por isso, precisa contar com doações que viajam milhares de quilômetros até sua porta.